



**Processo nº** 13925.720036/2013-56  
**Recurso** Voluntário  
**Acórdão nº** **1002-001.986 – 1<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 2<sup>a</sup> Turma Extraordinária**  
**Sessão de** 10 de março de 2021  
**Recorrente** JACKS PAPELARIA E CONFECÇÕES LTDA - ME  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: SIMPLES NACIONAL**

Ano-calendário: 2013

**EXCLUSÃO DO SIMPLES. PENDÊNCIA FISCAL. DÉBITOS INEXISTENTES. CONSTATAÇÃO VIA PROCEDIMENTO DE DILIGÊNCIA.**

Constatado por meio de procedimento de diligência fiscal que os débitos fiscais ensejadores da exclusão ao regime simplificado são de fato inexistentes, há de ser declarada a nulidade do ato administrativo.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao Recurso Voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Ailton Neves da Silva - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Marcelo Jose Luz de Macedo - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Ailton Neves da Silva, Marcelo Jose Luz de Macedo, Rafael Zedral e Thiago Dayan da Luz Barros

## **Relatório**

Trata-se de retorno de diligência proposta por este mesmo Conselheiro Relator, por meio da Resolução nº 1002-000.201 (fls. 95/100 do *e-processo*), em 04/08/2020, na qual determinou-se o seguinte:

Resolvem os membros do colegiado, por unanimidade de votos, converter o julgamento do Recurso Voluntário em diligência à Unidade de Origem, para que essa possa instruir o processo com todas as informações e documentos referentes ao processo administrativo nº 18208.183221/2008-17 e a inscrição nº 00000090412008230.

A grande celeuma em debate nos autos se refere ao pagamento de um débito o qual ensejou a exclusão do contribuinte do Simples Nacional. Conforme tela do Sistema de Vedações e Exclusões do Simples (“SIVEX”), mesmo após o prazo para regularização dos débitos motivadores do Ato Declaratório Executivo (“ADE”) nº 546.393/2012, restou um saldo de R\$ 13.342,79 de débito não previdenciário em cobrança na PGFN com número de inscrição 00000090412008230, veja-se (fls. 35 do *e-processo*):

#### Consulta Operacional

#### Consulta débitos após prazo para regularização

Os débitos não-previdenciários, previdenciários e de Simples Nacional junto à RFB foram listados com o valor do saldo devedor, sem os acréscimos legais. Os débitos junto à PGFN foram listados com o valor do saldo devedor consolidado. A regularização deve ser feita pelo saldo devedor atualizado, com os acréscimos legais.

CNPJ: 01820115

Nome Empresarial : JACKS PAPELARIA E CONFECCOES LTDA - ME

#### Débitos Não-Previdenciários em cobrança na PGFN

Inscrição  
00000090412008230

Valor Originário  
R\$ 13.342,79

Voltar

Desde a sua primeira manifestação nos autos, o contribuinte informou que os débitos constantes da referida inscrição já haviam sido quitados enquanto ainda eram objeto do processo administrativo nº 18208.183221/2008-17. Foram inclusive anexados aos autos documentos os quais supostamente comprovariam tais alegações.

Ao analisar tais alegações, a instância *a quo* concluiu que a documentação anexada aos autos não se refere à inscrição nº 00000090412008230, como se vê abaixo (fls. 39 do *e-processo*):

Ora, a interessada alega que os Débitos Não Previdenciários em Cobrança na PGFN já teriam sido totalmente pagos na data de 28/05/2012, quando ainda se encontravam no extrato da SRFB como Débito em Cobrança (SIEF). Para comprovar apresentou os documentos de fls. 08/21.

Discordo. Ao contrário do que alega a interessada, os pagamentos não se referem ao débito que motivou sua exclusão do Simples Nacional.

Observa-se, contudo, que ela não explicou como chegou a essa conclusão. Não menciona, por exemplo, se haveria alguma relação entre o processo nº 18208.183221/2008-17 e a inscrição nº 00000090412008230, nem tampouco quais os documentos permitem concluir que os comprovantes não são referentes ao débito em aberto. Não consta dos autos o detalhamento da inscrição, cópia do mencionado processo administrativo, nem relação dos débitos lançados.

Os autos então foram baixados em diligência para que fossem anexadas documentos e informações referentes ao processo administrativo nº 18208.183221/2008-17 e à inscrição nº 00000090412008230.

A diligência foi devidamente cumprida pela Equipe Regional de Benefícios Fiscais e Regimes Especiais de Tributação da Receita Federal do Brasil da 9<sup>a</sup> Região Fiscal, resultando na INFORMAÇÃO FISCAL Nº 281/2020/EBEN/DEVAT/SRRF09/RFB – SIMPLES (fls. 116 do *e-processo*).

É o relatório do necessário.

## Voto

Conselheiro Marcelo Jose Luz de Macedo, Relator.

Conforme visto pelo breve relato do caso, o contribuinte foi excluído do Simples Nacional por meio do ADE nº 546.393, em razão da inscrição fiscal nº 00000090412008230, cuja cobrança se encontrava em curso perante a PGFN.

Desde o início o contribuinte tem insistido na defesa de que a referida inscrição abrangeia débitos originários do processo administrativo nº 18208.183221/2008-17, os quais, contudo, já teria sido devidamente quitados.

Com efeito, a informação fiscal resultante do procedimento de diligência foi clara ao confirmar que (fls. 117 do *e-processo*), *do extrato da inscrição 90412008230 que os débitos que a compõem foram originários do processo 18208.183221/2008-17 e que a inscrição encontra-se atualmente extinta por cancelamento (fls. 102-107)*.

Já com relação aos débitos do processo administrativo 18208.183221/2008-17, esta mesma informação fiscal confirma que todos os DARF's apresentados pelo contribuinte ainda em manifestação de inconformidade (fls. 8/21 do *e-processo*) são referentes ao referido processo administrativo, o qual, a seu turno teria dado origem à inscrição em discussão no presente. Destaca ainda que tal processo encontra-se encerrado desde 18/12/2012 (fls. 117 do *e-processo*).

Face ao exposto, embora a instância *a quo* tenha informado que os pagamentos apresentados pelo contribuinte não seriam referentes ao débito que motivou sua exclusão do Simples Nacional, a diligência fiscal empreendida revela em sentido contrário.

A partir dela foi possível verificar que de fato a inscrição 90412008230 teve origem nos débitos constantes do processo administrativo nº 18208.183221/2008-17, e que os pagamentos relacionados pelo contribuinte seriam referentes exatamente aos mencionados débitos.

Por fim, constate-se da diligência fiscal que a inscrição ora analisada encontra-se extinta por cancelamento, motivo pelo qual entendo que o contribuinte tem razão ao pleitear o cancelamento do ADE nº 546.393 responsável pela sua exclusão.

(documento assinado digitalmente)

Marcelo Jose Luz de Macedo